



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

196
d

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0330356-2

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : EDSON DE SOUZA ALVES
ADVOGADO : KARLA WANESSA BEZERRA GUERRA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. TRATAMENTO INDISPENSÁVEL À SAÚDE DO CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA DE PARKINSON. IMPLANTE ELETRODO CEREBRAL. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. HONORÁRIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

2. Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, não se pode admitir o descumprimento ilícito do repasse das verbas para a saúde como justificativa conveniente para o inadimplemento daquele dever Estatal.

3. É Irrelevante o fato de que o medicamento/tratamento postulado pelo agravado não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como dito, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão. Enunciado 18 da Súmula do E. Tribunal de Justiça de Pernambuco.

4. Em relação à alegação do agravante da não comprovação de que a utilização do equipamento em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu o autor/agravado é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

5. Sendo assim, o não fornecimento do procedimento cirúrgico pleiteado no momento solicitado pelo paciente enfermo, comprova a necessidade da prestação jurisdicional, para garantir que o tratamento não seja interrompido, diante da carência da medicação nas farmácias do Estado.

6. De acordo com o entendimento consolidado da jurisprudência pátria, o julgador poderá estabelecer, de forma equitativa, em cada caso, o percentual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

197

que entender cabível, conforme apreciação subjetiva dos parâmetros previstos no art. 20, §3º, do Código de Processo Civil.

7. À unanimidade, Recursos de Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, negar provimento ao presente recurso de agravo, mantendo incólume a decisão monocrática, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º de JULHO, 2014

Jorge Américo Pereira de Lira

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

196
JP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0330356-2

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : EDSON DE SOUZA ALVES
ADVOGADO : KARLA WANESSA BEZERRA GUERRA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão monocrática que, com amparo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao presente recurso de apelação, tendo em vista que a tese apresentada vai de encontro à jurisprudência dominante deste E. Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, cf. fls. 169/178.

Inconformado com a decisão unipessoal que negou seguimento ao recurso de apelação, o Estado de Pernambuco interpõe o presente recurso, postulando o provimento do agravo que deduziu.

Nas razões do agravo, o recorrente aduz, em suma: a) a discricionariedade administrativa na padronização de terapias; b) a violação ao princípio da separação de poderes; c) inexistência do direito absoluto à saúde; d) afigura-se demasiadamente elevado o valor dos honorários advocatícios, vide fls. 181/189.

Assim sendo, não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 169/178, o Estado recorrente requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

É, no essencial, o relatório.

Recife, 1º de JULHO, 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

199
R

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0330356-2

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : EDSON DE SOUZA ALVES
ADVOGADO : KARLA WANESSA BEZERRA GUERRA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Entendo que a decisão monocrática proferida às fls. 169/178 deve, à evidência, permanecer incólume, tendo em vista que os principais pontos da insurgência foram devidamente enfrentados.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, não se pode admitir o descumprimento ilícito do repasse das verbas para a saúde como justificativa conveniente para o inadimplemento daquele dever Estatal. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, *v.g.*:

ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. *Precedentes.*

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adeque ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. TRATAMENTO MÉDICO NO EXTERIOR. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DA UNIÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA.

1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

[Assinatura]

fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna.

2. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de doença grave.

3. O direito à saúde é assegurado a todos e dever do Estado, por isso que legítima a pretensão quando configurada a necessidade do recorrido.

4. A União, o Estado, o Distrito Federal e o Município são partes legítimas para figurar no pólo passivo nas demandas cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à saúde de pessoa carente, podendo a ação ser proposta em face de quaisquer deles.

Precedentes: REsp 878080 / SC; Segunda Turma; DJ 20.11.2006 p. 296;

REsp 772264 / RJ; Segunda Turma; DJ 09.05.2006 p. 207; REsp 656979 / RS, DJ 07.03.2005.

5. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1028835/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2008, Dje 15/12/2008)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual

[Assinatura]
6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

202
20

inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação eqüitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesse mesmo sentido.

"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, conseqüentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

É Irrelevante o fato de que o medicamento/tratamento postulado pelo agravado não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como dito, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão. O Enunciado 18 da Súmula do E. Tribunal de Justiça de Pernambuco está assim assentado:

"Súmula 018. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."

Em relação à alegação do agravante da não comprovação de que a utilização do equipamento em debate seja a única alternativa terapêutica para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

gob
P

sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu o autor/agravado é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

No que se refere ao procedimento cirúrgico do implante, não há nos autos nenhuma prova de que os demais dispositivos citados pelo agravante sejam realmente de igual qualidade e eficiência, devendo ser atendida a solicitação do médico que atendeu o agravado, pois é o profissional habilitado para decidir qual o modelo que mais se apropria ao caso.

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE. 181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea. 2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste. 3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios. 4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão. 5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

[Assinatura]

de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)

Ainda, é imperioso observar que apesar de o equipamento estar contemplado nas listas programas de distribuição gratuita pelo Estado ou ser dispensado de forma gratuita, muitas vezes o paciente necessitado recorre ao setor responsável pelo fornecimento de remédios, mas não consegue obter o medicamento por falta de estoque, inexistência de previsão do retorno do fornecimento, entre outros motivos. Assim, a saúde é um bem constitucional que não pode ficar à mercê do descaso do serviço público.

Sendo assim, o não fornecimento do procedimento cirúrgico pleiteado no momento solicitado pelo paciente enfermo, comprova a necessidade da prestação jurisdicional, para garantir que o tratamento não seja interrompido, diante da carência da medicação nas farmácias do Estado.

Confira-se a respeito o aresto deste Tribunal de Justiça a seguir colacionado:

PROCESSO CIVIL E DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (RITUXIMABE - MABTHERA (r)) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE ARTRITE REUMATÓIDE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR POR SER O MEDICAMENTO CONTEMPLADO NA FARMÁCIA DE PERNAMBUCO. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE PROVA SOBRE A OFERTA REGULAR DO MEDICAMENTO AOS PACIENTES. MANUTENÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA. DEVER CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE. 181. Se o medicamento é ofertado pelo Estado de Pernambuco, não há que se falar em desrespeito aos parâmetros do STF sobre a necessidade de dar prioridade ao tratamento disponibilizado pelo SUS. 2. Uma coisa é o medicamento estar contemplado nas listas e programas de distribuição gratuita pelo Estado; e outra bem distinta é a existência de estoque e a real disponibilização do remédio para o paciente que procura a Farmácia de Pernambuco. 3. A saúde é um bem constitucional que não pode ficar à mercê do descaso do serviço público de saúde. 4. O Estado de Pernambuco não carrou aos autos nenhuma prova sobre a regularidade do fornecimento do medicamento pleiteado pela parte. Tratando-se de prova simples, poderia ter acostado uma declaração do órgão responsável que atestasse que o medicamento estava sendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

205
R

disponibilizado normalmente no período pleiteado pela parte agravada. 5. A decisão interlocutória ora recorrida foi proferida de acordo com a melhor técnica, pois está embasada em prova inequívoca que demonstra a verossimilhança do direito da autora/agravada de receber o tratamento de saúde, através do fornecimento do medicamento prescrito pelo médico reumatologista que a acompanha no Hospital Getúlio Vargas. 6. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial". 7. Recurso de agravo conhecido e não provido. Unanimidade. (2621005 PE 0004447-66.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 20/03/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 59)

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)

Por fim, quanto a fixação dos honorários advocatícios em 1.000,00 (mil reais), entendo adequadamente estabelecidos em observância ao §4º do art. 20 do Código Processual Civil.

Observo que o art. 20, § 4º, do CPC, deve ser interpretado de maneira que a remuneração do causídico não seja atribuída em valor nem excessivo nem ínfimo.

De acordo com o entendimento consolidado da jurisprudência pátria, o julgador poderá estabelecer, de forma equitativa, em cada caso, o percentual que entender cabível, conforme apreciação subjetiva dos parâmetros previstos no art. 20, §3º, do Código de Processo Civil.

Acerca desse tema, veja-se os judiciosos precedentes do Superior Tribunal de Justiça - STJ:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. AÇÃO ORDINÁRIA. DECLARAÇÃO DO DIREITO À COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. CRITÉRIO DE EQUIDADE. 1. Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade. 2. Nas demandas de cunho declaratório, até por inexistir condenação pecuniária que possa servir de base de cálculo, os honorários devem ser fixados com referência no valor da causa ou em montante fixo. 3. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público e da Primeira Seção. 4. Tratando-se de ação ordinária promovida pelo contribuinte para obter a declaração judicial de seu direito à compensação tributária segundo os critérios definidos na sentença - não havendo condenação em valor certo, já que o procedimento deverá ser efetivado perante a autoridade administrativa e sob os seus cuidados -, devem ser fixados os honorários de acordo com a apreciação equitativa do juiz, não se impondo a adoção do valor da causa ou da condenação, seja porque a Fazenda Pública foi vencida, seja porque a demanda ostenta feição nitidamente declaratória. 5. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008. (1155125 MG 2009/0168978-1, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 10/03/2010, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 06/04/2010)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ante todo o exposto, entendo que, no caso em apreço, o valor arbitrado pelo magistrado remunera acertadamente a atividade do causídico que desenvolveu o trabalho técnico de defesa dos direitos de seu cliente. O pagamento digno do exercício profissional é um direito fundamental do advogado. Dessa forma, concluo que diminuir o valor fixado na sentença afrontaria os ditames do art. 20 do CPC.

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente Recurso de Agravo, mantendo, em consequência, a decisão ora guerreada.

É como voto

Recife, 1º de JULHO, 2014
Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator